População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 143-179, jan./jun. 1998.

O PARENTESCO ENTRE OS CATIVOS NO MEIO RURAL DO RIO DE JANEIRO EM 1860

Andréa Jácome Simonato[1]

Ó Mãe do cativo, que fias à noite
À luz da candeia, na choça de palha!
Embala teu filho com essas cantigas...
Ou tece-lhe o pano da branca mortalha.

Castro Alves. **A mãe do Cativo.**

Introdução

Por muito tempo acreditou-se que os escravos não possuíam famílias e que seu padrão de conduta era completamente desregrado e promíscuo. No entanto, estas certezas da historiografia vêm sendo dissipadas com uma leitura mais atenta do passado. Diversos documentos, tais como processos-crimes, testamentos de escravos libertos ou mesmo algumas declarações senhoriais podem revelar a existência de um certo sentimento de família entre os cativos, que a historiografia julgava para sempre perdido. À guisa de introdução, acompanhemos as histórias de duas escravas que revelam, nas entrelinhas, a ligação dos escravos com o parentesco, na segunda metade do século XIX.

Após conhecê-las, passemos à análise de alguns dados sobre a família escrava na área rural fluminense, no ano de 1860. Fazendo uma análise quantitativa dos inventários *post mortem*, abertos no referido ano, tanto para as freguesias rurais da Corte, quanto para as demais regiões do interior da Província, pode-se obter dados sobre a composição da população cativa: suas taxas de africanidade e masculinidade e sua distribuição etária e sexual, segundo os tamanhos dos plantéis.

Apesar de apresentar limitações, os inventários permitem rastrear certas tendências relativas ao núcleo familiar primário

1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(formado por pai, mãe e filhos ou mãe e filhos), determinando em que faixa de tamanho de plantel o parentesco assumiu maior importância, qual o tipo de família predominante em cada uma delas, se há ou não estabilidade na relações parentais, se o parentesco varia segundo categorias profissionais e naturalidade e quais as regras que o estabelecem entre os cativos. Procurei, pois, fazer uma primeira abordagem destes dados. Os resultados são bastante gerais, mas fazem parte de um trabalho ainda em fase de andamento.

As Duas Marias

Maria, parda escura, natural da Bahia, era uma escrava velha e já sem valor algum quando foi avaliada, em abril de 1863, como parte do inventário de seu falecido senhor, Antônio Caminha[2]. Tinha para mais de quarenta e cinco anos e já não podia executar o serviço a que fora destinada: coser, engomar e cozinhar o trivial. Há três anos a catarata, doença comum a diversos outros escravos, havia-lhe atingido os olhos. Com o direto, não enxergava absolutamente nada. Com o esquerdo, via uma pequena névoa pouco definida.

Já com idade avançada para as condições da época e servindo no meio urbano, à Rua da Saúde nº 23, atingira naquele momento, com a morte de seu antigo senhor a tão sonhada promessa de liberdade. A concretização deste sonho no entanto, teria que esperar por mais dez anos. Caminha, como diversos proprietários da época, libertou-a sob condição: teria que servir a seu filho, José, por mais este tempo, até que, se o destino quisesse e Deus a ajudasse a sorte viria a encontrá-la, no ano de 1873, quando contasse já com a idade de 55 anos condições de saúde provavelmente piores do que as que possuía.

Talvez a escrava não quisesse esperar por tanto tempo... ou quem sabe os herdeiros, responsáveis pelo patrimônio de José até a sua maioridade, passaram a não se interessar mais por este "bem" velho, falante e incômodo, que pesava nas despesas e não possuía mais serventia direta para o trabalho. O fato é que, não sei se por provocação de Maria ou por vontade dos novos proprietários (ou, talvez, pela união de ambos os desejos), os herdeiros de Caminha rea-

2 Inventário de Antônio Caminha, Arquivo Nacional.

pareceram, três anos depois, com uma petição no Juízo da Provedoria, pedindo para se verem livres da dita escrava.

Miguel Antônio Fernandes, respondendo pela viúva de Caminha e sua atual esposa, D. Felisberta e o filho José, recorre ao juiz através de um documento que é, no mínimo, curioso. Como a família estava impossibilitada de alienar os bens do menor, Miguel Antônio valeu-se de diversos argumentos, a fim de convencer ao juiz de que aquele bem não mais convinha a seu tutelado. Esforçou-se por mostrar que não era apenas a sua vontade que estava em jogo, mas que também a escrava tinha diversos motivos para não aceitar mais os vínculos de propriedade. Por isto, mostrava-se arredia e desbocada, a ponto não poder mais educar o pequeno.

> *... tem a dita escrava se tornado insoportavel por insobordinada e disbocada a ponto de não convir sua moral em casa, e menos ao dito menor...*[3]

Reforçou o argumento de que a escrava não teria nenhum emprego útil: a gota serena ou catarata impossibilitava-a de realizar qualquer função, por isto, ela não teria preço para ser vendida no mercado, tendo que ser libertada. A última razão dada por Miguel para a sua liberdade tem uma ligação direta com o passado de Maria e com sua própria opção e vontade. Como a escrava, assim como o seu primeiro senhor, era natural da Bahia, diz Miguel que ela gostaria de voltar para a terra natal, afim de reencontrar seus parentes:

> *...e como a dita Escrava dis que tem parentes na Bahia, e dis que se se visse forra ia para a companhia delles , entende o supp^e que passando-se Carta de Liberdade a dita Escrava, já que ella fica satisfeita, e que com isto lucra o supp^e e o dito menor.*[4]

A história de Maria parda tem vários pontos em comum com a de outra Maria: Maria Ana do Bonfim. Esta também era baiana. Conhecemo-la através de uma ação cível de liberdade, do ano de 1870, encontrada e analisada por Sidney Chalhoub[5]. Ana do Bonfim

3 Idem, p. 13.

4 Ibidem.

5 Felicidade, Crioula, por seu curador, Ação de Liberdade n. 4645, maço 872, Galeria A, 1870. Arquivo Nacional. chalhoub, Sidney, *Visão da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 19- 48.

era uma preta forra, que foi da Bahia para o sudeste a fim de encontrar sua filha, Felicidade, que para lá havia sido vendida. A história é muito interessante:

O negociante português Joaquim Guimarães trouxe-a após uma viagem à Bahia, em fins da década de 1860. Maria Ana ignorava o destino de sua filha, mas Guimarães acabou por descobrir que ela estava em Ouro Preto, Minas Gerais, em posse de João da Costa Varela Menna.

Guimarães foi à Ouro Preto e comprou Felicidade à Varela, por dois contos de réis. Maria do Bonfim financiou-lhe a viagem e deu-lhe um adiantamento de 300$000. Como o negociante continuou a cobrar-lhe os outros 1:700$000, Ana do Bonfim e duas outras pretas forras africanas apelaram para o negociante português Antônio Costa, para que este concedesse-lhes um empréstimo. Antônio pagou a Guimarães e passou a receber o empréstimo de Ana e Felicidade, com juros de 3% ao mês.

No entanto, estas não puderam mais pagar-lhe e Antônio apreendeu novamente Felicidade, alegando falta de pagamento. Segundo seu ponto-de-vista, ele não comprara a alforria, mas a propriedade da escrava.

O caso foi parar na justiça e gerou inúmeras controvérsias: Guimarães, por exemplo, falou que os 300$000 que ele havia recebido não fora pela compra, mas pelo aluguel da escrava. Antônio alegou que mãe e filha não podiam reclamar, pois estavam cientes da transação.

Assim como na história da primeira Maria, fica difícil saber qual é a versão correta dos fatos, mas ela nos é também irrelevante. Maria Parda, após o processo fica livre. Se ela retornará ou não para encontrar seus parentes na Bahia, pouco importa. O fato é que o parentesco foi um argumento importante, naquele momento: reconheceu-se que ele tinha força não só de cruzar as fronteiras, como de ultrapassar o tempo, e a condição jurídica dos envolvidos. Houve um reconhecimento social de uma memória do parentesco entre os cativos, pelos próprios homens livres da época.

O desfecho do segundo caso é igualmente contundente: as duas partes fecham um acordo, decidindo que Felicidade seria considerada liberta, porém ela e a mãe teriam que prestar serviços a Antônio, por três anos, para indenizá-lo do preço pago pela escrava. Uma outra solução seria que elas lhe pagassem, durante estes três anos, 42$000 por mês. Antônio aceitou o acordo pois sabia que não

poderia mais fazer valer seus direitos de propriedade, devido ao "espírito de insubordinação" da escrava. Como no caso anterior, o parentesco ultrapassou fronteiras, uniu pessoas de condições jurídicas diversas e não se deixou esquecer pelo tempo. Em ambos os casos, a separação de entes queridos balançou o sistema e gerou conflitos...

A Família Escrava na Área Rural Fluminense - 1860

As duas Marias de que falei há pouco parecem não ter sido personagens isolados nas malhas da escravidão. Trabalhando com 43 inventários *post-mortem* relativos à área rural fluminense, no ano de 1860, chega-se à conclusão de que 44% dos 1293 escravos neles constantes, possuíam laço de parentesco, de primeiro grau, basicamente. Eles estavam inseridos em 184 famílias. Estes números podem ser considerados como mínimos e devem ainda ser relativizados, posto que, em diversos inventários o analista não se deu ao trabalho de anotar as relações de parentesco dos "bens" avaliados: os escravos[6]. A presença de crianças crioulas de tenra idade, no mesmo plantel de escravas adultas com possibilidades de serem mães, ambos solitários, pode, no entanto, ser um indicativo de que ao menos parte destes inventários falharam ao registrar as relações consangüíneas de primeiro grau - o que era de se esperar, pois a finalidade do inventário é a de avaliar bens para que seja efetuada a partilha entre os herdeiros.[7] Os números, portanto, ainda que mínimos, importa-nos pois podem revelar determinadas tendências.

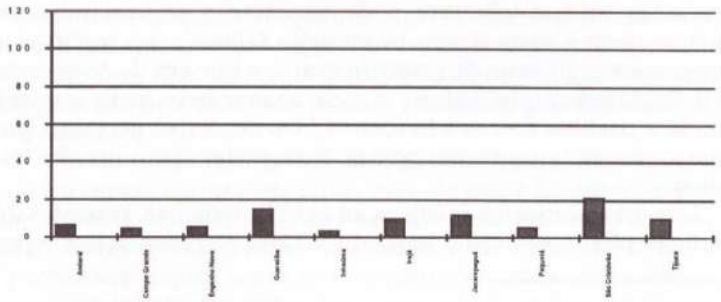
Dos 43 inventários relativos ao agro fluminense, constam um total de 46 plantéis e, como havia dito, 1293 escravos. Estes repre-

6 Nas listagens de bens dos inventários podem constar as seguintes informações sobre os escravos: nome, sexo, preço, cor, idade, naturalidade, profissão, condições físicas e relações de filiação e matrimônio. Como a finalidade é uma avaliação de bens, os três primeiros campos aparecem quase sempre, enquanto que os outros dependem da acuidade do observador.

7 Em toda a amostragem há 18 crianças crioulas de até cinco anos que não estão inseridas em famílias. Como os proprietários, via de regra não compravam crianças no mercado, podemos supor ou que estas eram órfãs, ou que suas relações de filiação não foram devidamente anotadas pelo avaliador. Um exemplo disto é o inventário de Bento José Maia que, apesar de ter diversas criança, entre eles um pardo de 14 meses e outros quatro escravos de 3 e 8 anos, além de duas escravas de 40 anos que podiam, portanto, ser suas mães de não faz nenhuma menção ao parentesco. Inventário de Bento José Maia n. 6966, Cx. 610 Galeria A, Arquivo Nacional.

sentam 0,4% do total de escravos da Província do Rio de Janeiro, se nos guiarmos na estimativa populacional pouco confiável, de 1856[8]. Os tamanhos dos plantéis constantes dos inventários, como era de se esperar, distribuem-se desigualmente pelo espaço e, dependendo do tipo de cultura - se produção de alimentos ou agroexportação de café e açúcar - concentram mais ou menos escravos. Os gráficos a seguir foram executados com o objetivo único de situar estes plantéis no espaço. Através deles, verificamos que as freguesias rurais da Corte, mais próximas da área urbana e mais voltadas para a produção de alimentos, concentravam tendencialmente menos escravos do que as outras comarcas da província, sobretudo aquelas que se dedicavam à agroexportação do café e açúcar. Enquanto nos 26 plantéis relativos às freguesias rurais da Corte a média de escravos por plantéis era de 9 cativos, dentro das outras comarcas rurais da Província esta média chegava a 43 cativos por plantel.(cf. Gráficos 1 e 2)

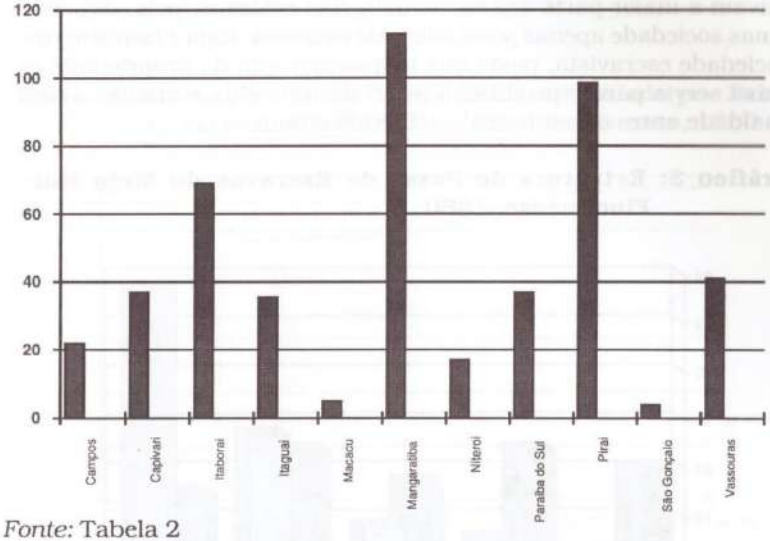
Gráfico 1: Média de Escravos por Plantéis, Área Rural Fluminense (Corte), 1860



Fonte: Tabela 1

8 Esta estimativa é muito frágil pois faltam dados de diversas localidades. O autor fez uma correção de 45,7% sobre a população total. Empreguei o mesmo calculo para a escrava, que, a princípio era de 184.243 almas e subiu para 339.305. Os números devem ser maiores, pois a isto soma-se a omissão da população e os dados das freguesias rurais da Corte. Souza e Silva, J. N. *Investigações sobre os recenseamentos da população Geral do Império e de cada Província per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje*, Relatório do Ministério dos Negócios do Império, Anexo D, Rio de Janeiro: Typologia Nacional, 1870. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo: IPE/USP, 1986.

Gráfico 2: Média de Escravos por Plantéis, Área Rural Fluminense (Outras Comarcas), 1860



Fonte: Tabela 2

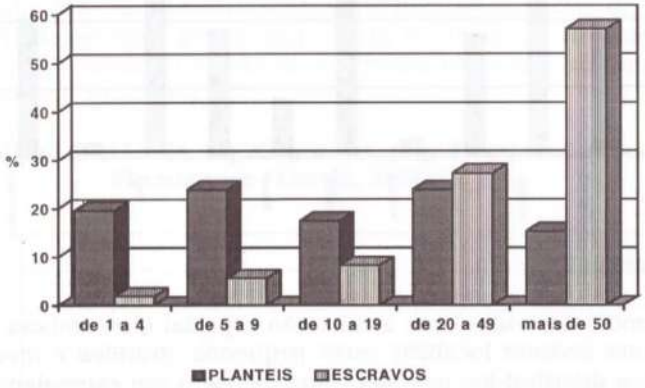
Temos, portanto, uma localização espacial que, embora sumária, nos permite localizar estes pequenos, grandes e médios plantéis, e distribuí-los pelo agro fluminense. Com estes dados à mão, podemos abandonar a categoria "espaço", e analisar estes plantéis a partir de seus tamanhos. Parto do pressuposto de que pequenos (com até 9 escravos), médios (de 10 a 19 escravos) e grandes proprietários (mais de 20 escravos) buscavam estratégias diversas para se perpetuarem no tempo. Agiam conforme as condições que lhes eram dadas no momento.

Tomando-os como pontos-de-partida para a elaboração de uma estrutura de posse, percebemos a enorme concentração de escravos (84,3%) nas mãos de poucos grandes proprietários, enquanto que a grande maioria dos pequenos proprietários concentravam uma fração ínfima dos escravos (7%)[9]. Nos Estados Unidos, nas áreas da

9 Os proprietários de plantéis com mais de 20 escravos representavam pouco mais de 1/3 do total de proprietários, enquanto que os pequenos, de até nove escravos eram quase a metade destes, cf. Tabela 3

Virgínia analisadas por Gutman a tendência é diversa: raramente os grandes proprietários conseguiam deter mais de 50% da escravaria, sendo que as propriedades pequenas e médias concentravam a maior parte dos escravos[10]. Não estamos, pois, diante de umas sociedade apenas possuidora de escravos. Esta é também uma sociedade escravista, posto que a disseminação da propriedade escrava servia para reproduzir o poder de uma elite e manter a desigualdade entre os senhores[11]. (cf. gráfico 3).

Gráfico 3: Estrutura de Posse de Escravos do Meio Rural Fluminense, 1860



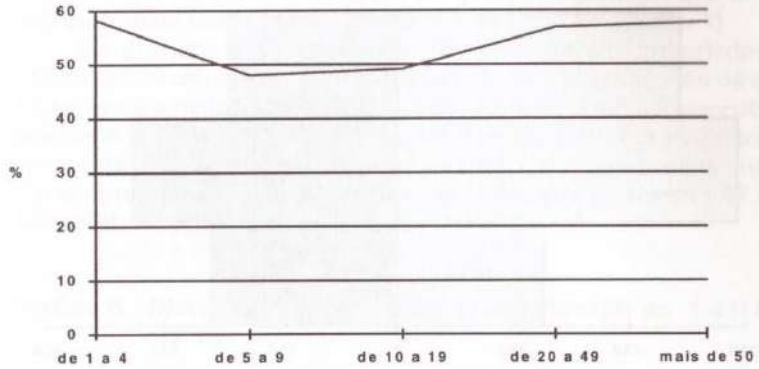
Fonte: Tabela 3

Os escravos estavam alocados de forma diversa, conforme os tamanhos de plantéis. Nos pequenos e médios há uma tendência ao equilíbrio sexual, e mesmo, a uma leve concentração de mulheres. Já as grandes propriedades (20-49 escravos) e as *plantations* (+ de 50 escravos) são as unidades que possuem as maiores taxas de masculinidade. O gráfico a seguir mostra o quanto esta taxa cresce, conforme aumenta o tamanho dos plantéis, única exceção feita aos plantéis menores, de 1 a 4 escravos, que também tendem a concentrar mais homens, mas que talvez não estejam sendo bem retratados dentro da amostragem (cf. gráfico 4).

10 Gutman, Herbert G, *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, New York: Pantheon Books, 1976, p. 38.

11 Finley, Moses I, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 81-82.

Gráfico 4: Flutuação (%) das Taxas de Masculinidade por Faixa de Tamanho de Plantel no Agro Fluminense, 1860

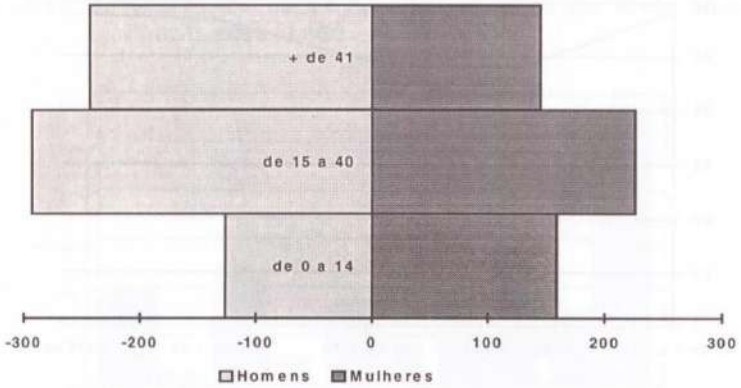


Fonte: Tabela 4

No geral, a maior concentração de homens é encontrada entre os adultos e principalmente entre os idosos, enquanto que entre os infantes prevalece o sexo feminino. Esta tendência geral não oferece nenhuma surpresa, quando lembramos que este é um ano que representa uma lógica típica da ausência de tráfico externo de cativos: há dez anos já não se podia mais contar - ao menos legalmente e em larga escala - com esta variável. O sistema tinha que se perpetuar por outros meios. A desigualdade em favor dos homens típica do período em que existia o tráfico, agora refletia-se apenas nas duas camadas mais idosas da população. Elas carregariam sempre o estigma desta lógica demográfica anterior. Entre os infantes, sua maior "crioulização" já servia por si só para manter um equilíbrio entre os sexos, mas temos dados para supor, pelo gráfico abaixo, que buscava-se também a introdução de maior número de meninas desta faixa etária no total da população, talvez pelo tráfico

interprovincial - elas representam 55,8%, enquanto os meninos somam apenas 44,2%. Nota-se também uma grande concentração de escravos dentro da faixa produtiva, dos adultos. Estes representam 43,5%, enquanto que os infantes e os idosos somam respectivamente 23,9% e 32,6% da população geral (cf. gráfico 5)

Gráfico 5 : Distribuição Etário-Sexual Geral



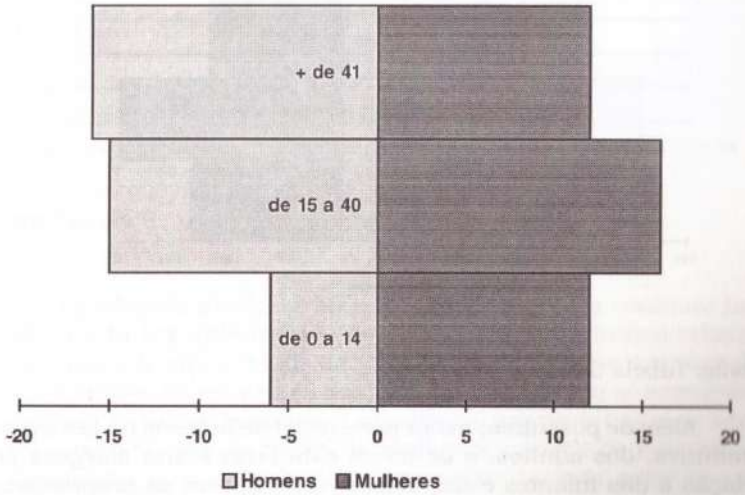
Fonte: Tabela 5

Há que se distinguir, dentro desta tendência geral, a lógica demográfica com que funciona cada uma das grandes faixas de tamanho de plantel. Segundo a comparação a seguir, podemos perceber que os pequenos plantéis, de 1 a 9 escravos (P1 + P2), tendem a concentrar menos adultos e infantes e mais idosos do que a população geral, embora os adultos continuem sendo maioria (40,3%, contra 23,4% de infantes e 36,4% de idosos). Na faixa dos infantes, a presença de meninas é ainda maior do que no total (66,7%). Já entre os adultos, podemos dizer que há um equilíbrio entre os sexos, já que a leve tendência à concentração de mulheres é praticamente insignificante. E para os idosos, mantém-se a tendência à maior concentração de homens (que são 57,1% desta faixa etária), que no entanto não é tão alta quanto para esta mesma faixa, na distribuição etário-sexual geral (cf. gráfico 6).

Nos plantéis médios (10 a 20 escravos), a lógica já muda um pouco: Temos a maior parte da população destes plantéis localizada entre os idosos (39,4%, enquanto os adultos e infantes são respectivamente 36,5% e 24%). Destes, a maioria ainda é do sexo masculino (56,1%), apesar desta porcentagem continuar sendo mais baixa do que no geral. Entre os adultos há um equilíbrio total entre os sexos, quadro que reverte ao considerarmos os infantes: as menina são 64% contra apenas 36% dos meninos. O número de meninos aumenta um pouco em relação aos pequenos plantéis, mas ainda continua mais baixo do que na tendência geral (cf. gráfico 7).

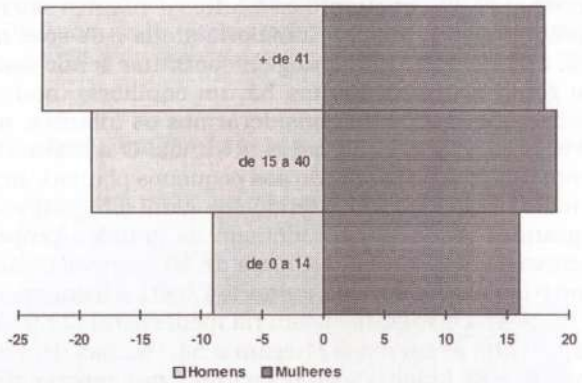
Os grandes plantéis, que incluem as grandes propriedades (20-49 escravos) e as *plantations* (mais de 50 escravos), são os que concentram o maior número de adultos (44,5%) e o menor percentual de idosos (31,6%). Os infantes ficam na média geral (23,9%). Tirando-se esta, em que as meninas chegam a 54,1%, nas demais faixas etárias prevalece de longe o sexo masculino, que representa 57,6% dos adultos e 63,9% dos idosos (cf. gráfico 8).

Gráfico 6 : Distribuição Etário-Sexual nos Plantéis de 1 a 9 Escravos



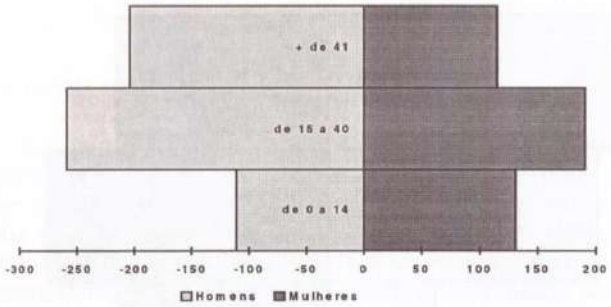
Fonte: Tabela 5

Gráfico 7: Distribuição Etário-Sexual nos Plantéis de 10 a 20 Escravos



Fonte: Tabela 5

Gráfico 8 : Distribuição Etário-Sexual nos Plantéis de 20 ou Mais Escravos

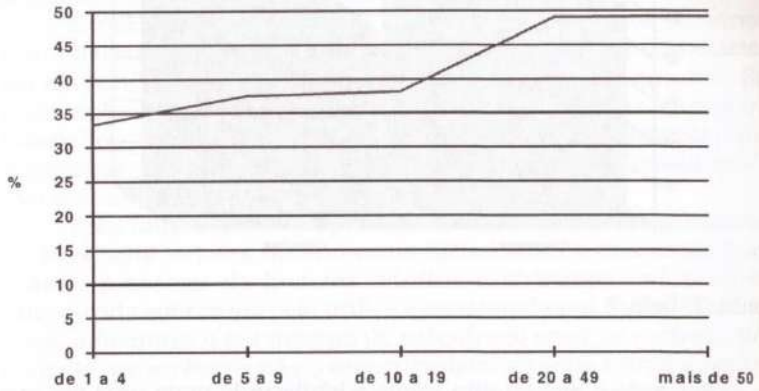


Fonte: Tabela 5

Além de possuirem maior percentual de homens na faixa mais produtiva, dos adultos, e de terem esta faixa etária alargada em relação à dos infantes e dos idosos, são também as propriedades maiores que concentram o maior número de africanos. Pelo gráfi-

co 9 pode-se perceber que as taxas de africanidade são crescentes, conforme se aumenta o tamanho dos plantéis. Foram, pois, as grandes propriedades aquelas que mais tiveram condições de importar a mão-de-obra através do Atlântico, nos períodos em que o tráfico já se encontrava ameaçado e que, portanto, o preço deste tipo de "mercadoria" estava em constante elevação. Ou, pelo menos, foram elas que conseguiram concentrá-la durante estes dez anos que se seguiram à extinção do tráfico de escravos, ocorrido em 1850.

Gráfico 9: Variação das Taxas de Africanidade Entre os Escravos, por Faixa de Tamanho de Plantel, Agro fluminense, 1860.

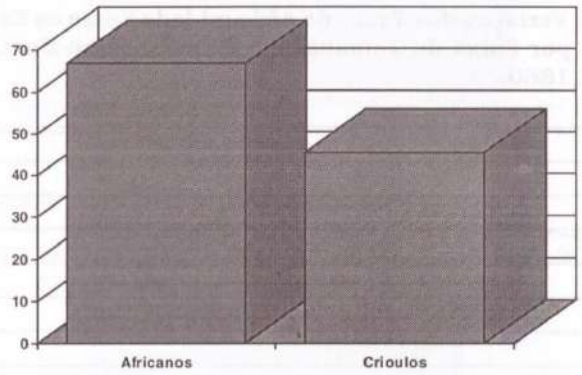


Fonte: Tabela 6

O gráfico abaixo (cf. gráfico 10) demostram que continua havendo, nesta segunda metade do século XIX, uma íntima relação entre o grau de africanidade da população escrava e a sua taxa de masculinidade. Cerca de 2/3 dos africanos pertencem ao sexo masculino. Já entre os crioulos, o quadro se inverte e torna-se bem mais igualitário: temos 54,5% de mulheres e 45,5% de homens. É curioso notar que as mulheres representam maioria entre os crioulos em todas as faixas etárias, embora esta diferença percentual

em favor delas tenda a ser bem maior nos pequenos plantéis e a ir diminuindo conforme aumentam os tamanhos dos plantéis. Os números indicam, portanto, um movimento de transferência dos homens crioulos para os grandes plantéis e as *plantations*, enquanto sobra para os pequenos uma grande quantidade de mulheres.

Gráfico 10: Variação das Taxas de Masculinidade entre os Escravos Africanos e Crioulos, Agro Fluminense, 1860.



Fonte: Tabela 7

Por tudo o que foi dito acima e lembrando mais uma vez que este era um período posterior ao fim do tráfico externo de cativos, tudo nos indica que as propriedades menores - onde a divisão sexual é mais equilibrada e tendem a possuir mais mulheres entre os adultos - estão transferindo seus escravos adultos do sexo masculino para as unidades maiores, através do tráfico inter-regional. A lógica das grandes propriedades, portanto, mesmo durante este período "anormal" do escravismo brasileiro, onde o tráfico Atlântico já não mais vigora, continua sendo idêntica à do período anterior, isto é: busca de mão-de-obra adulta e do sexo masculino para o pesado trabalho das lavouras, e ainda uma grande concentração de africanos. Pode-se dizer que a grande mudança deste período está situada na faixa dos infantes: a maior presença de meninas mesmo den-

tro das grandes propriedades denuncia a crioulização desta população, mas pode demonstrar também a preocupação com a perpetuação do sistema, através da valorização de sua futura capacidade reprodutiva.

Até aqui, demarcou-se as tendências gerais do período, no que diz respeito à composição de pequenos, médios e grandes plantéis. Ora, se as propriedades maiores concentram maior número de homens adultos e africanos, supõe-se que elas estariam mais próximas de toda a lógica anterior ao fim do tráfico de escravos, de maior desequilíbrio sexual em favor dos homens, maior exploração do trabalho escravo por parte dos senhores e de uma empresa mais voltada para lucros imediatos o que, segundo diversos autores, impossibilitaria a consolidação ou a manutenção de laços parentais estáveis entre os cativos.

É necessário, então uma breve pausa, para nos situarmos com relação à historiografia. Até a década de 1970, a não existência de famílias escravas foi enfatizada por diversos autores. Sua explicação ia desde a promiscuidade causada por caracteres raciais[12]ou sociais[13], até a ênfase numa lógica economicista, onde a empresa, buscando a maximinização dos lucros, "coisificava" o escravo, impedindo-o de se constituir em famílias[14].

Esta última corrente apresentou vária nuances de pensamento, mas seus autores tinham como idéia básica a crença de que a grande presença de homens adultos e africanos nos plantéis, introduzida sobretudo pelo tráfico e constatada por dados quantitativos, dificultava o surgimento de parentesco entre os cativos. Além do mais, os senhores não o incentivariam, visando venda e separação futuras. Alguns autores chegam a afirmar que mesmo os escravos não tinham interesse em gerar descendência[15]. Todos pintam um quadro de instabilidade, onde a norma era composta por

12 Rodrigues, Raimundo Nina, *Os Africanos no Brasil*, 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

13 Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala: formação da famíla brasileira sob o regime da ecomonia patriarcal*, Rio de Janeiro: Record, 1992.

14 Bastide, Roger; Fernandes, Florestan, *Brancos e Negros em São Paulo*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959. Cardoso, Fernando Henrique; Ianni, Octávio, *Côr e mobilidade social em Florianópolis*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960. Costa, Emília Viotti da. *Da, Senzala à Colônia*, São Paulo: Brasiliense, 1989. Gorender, Jacob, *O Escravismo Colonial*, São Paulo: Ática, 1988.

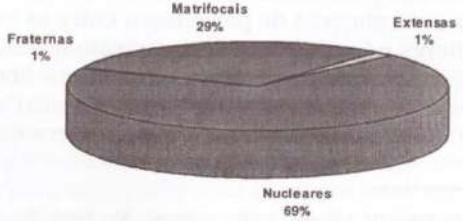
15 Mattoso, Kátia de Queirós, *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982. Vainfas, Ronaldo, *Ideologia e Escravidão*, Petrópolis: Vozes, 1986.

ligações efêmeras ou, no máximo, famílias de tipo matrifocal[16]. Alguns acreditam que escravos especializados, ou domésticos teriam maiores chances de viver em famílias, talvez por maior aproximação com os senhores[17].

Modelos mais amplos sobre escravidão também revelam tal perspectiva. Finley, por exemplo acredita que um dos traços definidores do escravismo seria a ausência do parentesco entre os cativos. Estes são descritos como eternos estrangeiros, seres desarraigados a quem são sempre negados os laços familiares[18].

No entanto, já vimos que não eram poucos os escravos que possuíam parentesco na área rural fluminense, no ano de 1860. Um dado mais surpreendente é que 69% destas famílias apareciam nos inventários como nucleares (casais, casais com filhos, viúvas ou viúvas com filhos), 29% matrifocais (mãe e filhos), 1% fraternas (irmãos) e 1% extensas (que vão além do núcleo primário), mesmo considerando-se as imprecisões deste tipo de fonte para tal tipologia - muitas destas famílias matrifocais, por exemplo, podem na verdade ser relações consensuais e o número de famílias extensas deve ser bem maior (cf. Gráfico 11)

Gráfico 11: Distribuição (%) dos Tipos de Famílias no Agro Fluminense, 1860



Fonte: Tabela 9

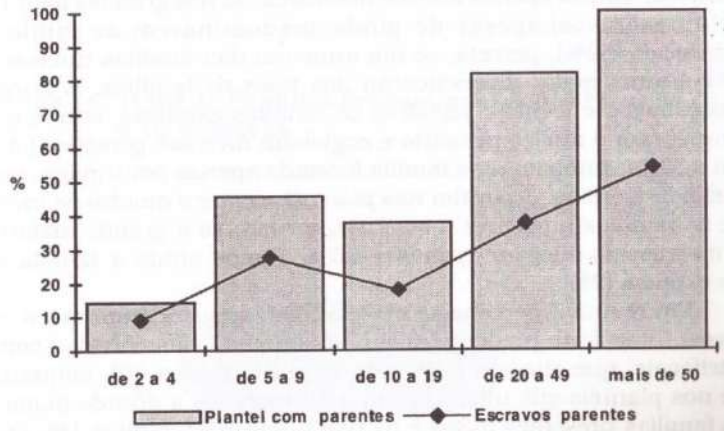
16 Kátia Mattoso afirma, por exemplo, que *"a família da criança nascida de uma ligação efêmera passa a ser o conjunto da comunidade dos escravos."* Idem p. 127.

17 Cardoso, Fernando Henrique, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

18 Finley, Moses I., op. cit, p. 77.

Conforme aumentava o tamanho dos plantéis, a tendência era a de se encontrar cada vez mais unidades onde o parentesco estivesse de alguma forma presente ou que fosse registrado pelo avaliador do inventário. Enquanto nas pequenas unidades (P1 -de 2 a 4 escravos) o percentual de plantéis com parentes não ultrapassava 14,3% e, enquanto no conjunto destas pequenas unidades de produção, com até 9, escravos este percentual atingisse 1/3 do total, verifica-se que 100% das *plantations* (com mais de 50 escravos) e 88,9% das unidades com mais de 20 escravos conheciam o fenômeno parental. Além disto, eram estas grandes propriedades que tendiam a concentrar um maior percentual de escravos aparentados, em relação ao total de escravos que possuíam, chegando o conjunto das *plantations* a ter como número mínimo mais da metade dos escravos de seus plantéis ligados por laços de parentesco de primeiro grau, passíveis de serem capturados pela fonte (cf. gráfico 12).

Gráfico 12: Distribuição Parental do Núcleo Primário por Faixa de Tamanho de Plantel



Fonte: Tabela 8

Um outro parâmetro de comparação entre pequenas, médias e grandes propriedades seria através do tipo de núcleo familiar predominante em cada uma delas - se nuclear ou matrifocal. Uma tipologia mais precisa da família escrava não pode ser realizada apenas através deste tipo de fonte, já que são raras as vezes em que são registrados arranjos familiares que ultrapassem o núcleo primário. Já vimos que no geral prevalecem as famílias nucleares - que são cerca de 2/3 do total de famílias, seguidas das matrifocais, que para nós pode significar tanto a mãe solteira com seus filhos, quanto - o que é mais provável - uma relação estável, não sancionada pela norma, ou sancionada mas que não existia mais no momento em que foi aberto o inventário (viúvas com filhos) e, portanto, não registradas pela fonte. No entanto, se verificarmos cada tipo de propriedade separadamente, percebemos que os registros variam em relação ao tipo de família e que se pode encontrar a maior parte das famílias ditas nucleares em plantéis maiores, enquanto que nos pequenos e médios há um claro predomínio das famílias classificadas como matrifocais.

Nos plantéis com até 4 escravos (P1) e nas propriedades médias (M - 10-19 escravos) a totalidade das famílias existentes é de tipo matrifocal. Em P2 (5 a 9 escravos) 71% das famílias são de tipo matrifocal, contra apenas 29% de nucleares. Já nos grandes plantéis (20-49 escravos),apesar de ainda predominarem as famílias matrifocais (59%), percebe-se um aumento das famílias nucleares (34%) e uma maior diversificação dos tipos de famílias. É lá que começamos a encontrar registros de famílias extensas, isto é, que ultrapassam o núcleo primário e englobam diversas gerações (chegam a 5%), e também uma família formada apenas por irmãos, provavelmente órfãos. É por fim nas *plantations* que o quadro se inverte e as famílias nucleares, com 72%, tornam-se a grande maioria. As matrifocais chegam apenas a 26%. Temos ainda a família de tipo extensa (2%).

Em resumo, percebe-se em plantéis menores (com até 9 escravos), uma forte predominância das famílias classificadas como matrifocais, que chegam a 76% do total (cf. gráfico 13), enquanto que nos plantéis que ultrapassam a 20 escravos a grande maioria das famílias presentes (63%) é de tipo nuclear (cf. gráfico 15). Fica claro, portanto, que nas grandes plantações e nas *plantations* há uma maior possibilidade de desenvolvimento da família sancionada pela norma eclesiástica, além de serem estas as unidades que

registram outros tipos arranjos de familiares, além da formada por mãe e filhos ou pai, mãe e filhos. Apesar de serem escassos os dados relativos às famílias extensas, é significativo que apenas as grandes propriedades tenham conseguido transportar para os registros uma parte destas famílias. Isto pode ser um indicativo de uma maior estabilidade temporal das famílias que se consolidam dentro das grandes unidades produtivas.

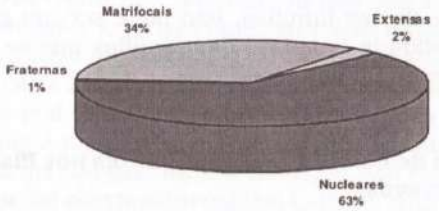
Gráfico 13: Tipos de Famílias Predominantes nos Plantéis de 1 a 9 Escravos

Fonte: Tabela 9

Gráfico 14: Tipos de Famílias Predominantes nos Plantéis de 10 a 19 Escravos

Fonte: Tabela 9

Gráfico 15: Tipos de Famílias Predominantes nos Plantéis com 20 ou Mais Escravos



Fonte: Tabela 9

As famílias extensas englobavam mais de três gerações, como no caso da escrava Nazaria crioula, que vivia num grande plantel em Guaratiba, de propriedade de Antônio Fragoso de Sá Freire, com a filha Joana de 40 anos, o filho Lucas de 36 e dois netos de 12 e 3 anos, respectivamente.[19] Ou de Eva Crioula, que vivia com os filhos Vitória, de 34 anos, Laurindo, de 29 e Crispina de 18 anos e com as netas Bernarda e Lodovina, filhas de Vitória, de 13 de 14 anos respectivamente, no plantel de Francisco de Macedo Gonçalves.[20] São muitas as mães que encontramos convivendo com filhos de 25, 30 anos. A média de idade dos filhos mais velhos para mães a partir de 30 anos é, por exemplo de 13,5 anos.

Mulheres com mais de 50 anos tendem a ter seus filhos mais velhos com idades que variam entre 15 e 29 anos (75%), sendo que 12% delas têm um convívio familiar que ultrapassa a trinta anos, se considerarmos as idades de seus supostos primogênitos. É bom lembrar que a mortalidade era bastante alta e que em muitos casos este convívio devia ser bem maior, já que não podemos afirmar que aqueles filhos mais velho eram de fato os primogênitos (Robert Slenes calcula que apenas 50% deles os eram de fato, em Campinas, para o ano de 1872).[21] Os dados, portanto, mostram que as rela-

19 Inventário de Alexandre Fragoso de Sá Freire, Cx. 4019, n. 531, Galeria A, Arquivo Nacional.

20 Inventário de Francisco de Macedo Gonçalves, Cx. 1393, n. 253, Galeria A, Arquivo Nacional.

21 Slenes, Robert W, *"Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX)"*. *Estudos Econômicos*, Volume 17, n. 2, p. 220.

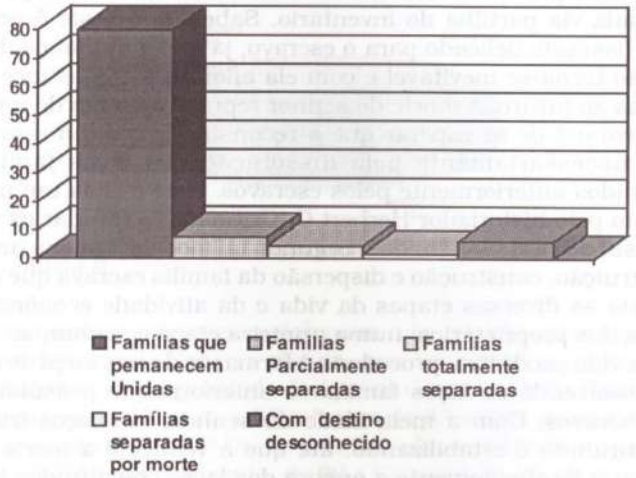
ções familiares tendiam a ser duráveis, sobretudo se a idade permitisse: quanto mais velha era a mulher, maior era o tempo de união de sua família.

Outra prova da estabilidade das famílias escravas pode ser procurada via partilha do inventário. Sabe-se que este é um momento bastante delicado para o escravo, já que a mudança de proprietário torna-se inevitável e com ela afloram todas as incertezas relativas ao futuro. A morte do senhor representa o fim de um ciclo produtivo e é de se esperar que a reconstrução de um novo ciclo passe necessariamente pela dissolução dos laços familiares construídos anteriormente pelos escravos. Este é aliás um modelo proposto pelo historiador Herbert G. Gutman, ao estudar os escravos do sul dos Estados Unidos. Segundo tal modelo, haveria um ciclo de destruição, construção e dispersão da família escrava que acompanharia as diversas etapas da vida e da atividade econômica da maioria dos proprietários: numa primeira etapa o senhor, ao começar sua vida produtiva, procederia à formação de sua força de trabalho, dissolvendo os laços familiares anteriormente possuídos por seus escravos. Com a meia-idade do senhor, tais laços iriam se reconstituindo e estabilizando, até que a velhice e a morte deste provocaria freqüentemente a quebra dos laços constituídos anteriormente, dispersando a força de trabalho[22].

Poderia-se supor, logo, que boa parte das famílias escravas do agro fluminense, em 1860, fosse separadas no ato da partilha. No entanto, não é isto que ocorre: 80% das famílias permanecem unidas após a morte de seus senhores. Cerca de 12% são separadas, mas destas, apenas 4,4% ficam completamente esfaceladas. Nos 7,7% restantes a separação é parcial, permanecendo ao menos dois membros das famílias unidas. As partilhas, portanto, revelam também uma tendência de se preservar o núcleo familiar escravo unido, na maioria dos casos, mesmo após a morte do senhor (cf. gráfico 16).

22 Gutmam, Herbert G, op cit, p. 137-43.

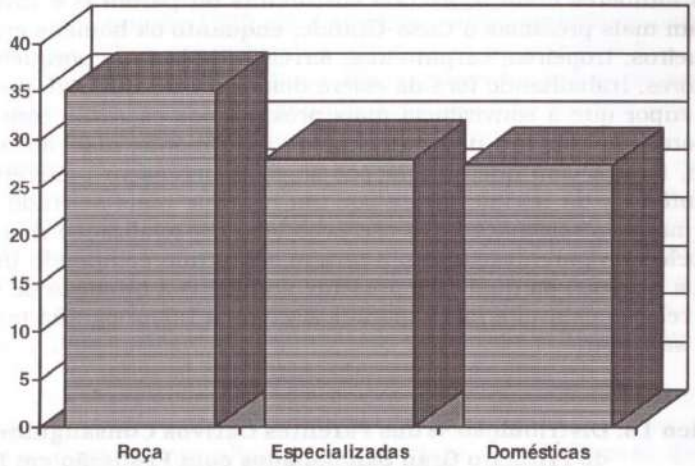
Gráfico 16: Variação dos Destinos das Famílias Escravas no Ato da Partilha entre os Herdeiros, Agro Fluminense, 1860



Fonte: Tabela 10

Um outro dado importante é que os escravos rurais participavam das relações parentais tanto quanto ou até mais do que os escravos domésticos e especializados. Em se tratando de regiões agrárias eles, obviamente, representam maioria dentro da amostragem. Num grupo de 100 cativos, 74 eram rurais, contra apenas 17 especializados e 8 domésticos. Dentre os escravos que exerciam atividades não-especializadas, ligadas à lavoura 35,2% possuíam relações de parentesco de primeiro grau. Entre os domésticos estavam registrados 28% e entre os especializados 27,4% de cativos com parentesco, o que faz questionar as teses que julgam que os escravos domésticos ou superespecializados, por melhor tratamento, maior aproximação com os senhores e maior nível de aculturação, teriam obtido o direito de possuir famílias, enquanto que aos escravos domésticos seria relegada esta condição (cf. gráfico 17).

Gráfico 17: Distribuição % de Parentes Cativos Consangüíneos de Primeiro Grau em Relação ao Número de Escravos com Profissão, Conforme Categorias Profissionais, Agro Fluminense, 1860



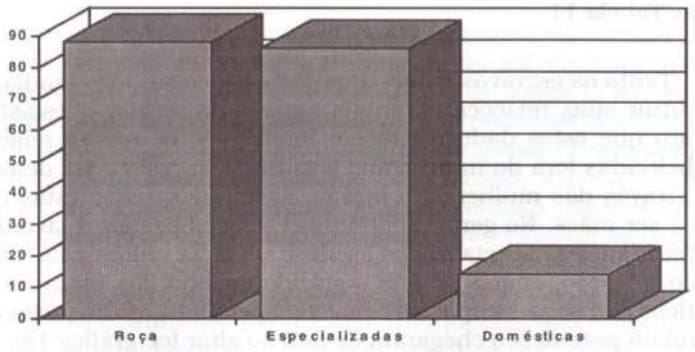
Fonte: Tabela 11

Tanto os escravos rurais quanto os especializados tendiam a constituir suas relações parentais através da norma eclesiástica. É claro que estes dados oferecem limitações, já que as relações estabelecidas fora do matrimônio legalizado só podem ser detectadas através das mulheres, e mesmo assim só quando estas chegam a ser mães. No geral, 88,2% dos escravos ligados à lavoura e 86,2% daqueles especializados legalizaram suas uniões pelo matrimônio religioso, enquanto que a grande maioria dos escravos domésticos não se preocuparam com isto: apenas 14,3% daqueles que possuíam parentesco chegaram de fato ao altar (cf. gráfico 18).

As mulheres domésticas foram as que menos legalizaram suas uniões: apenas 7,7% das que possuíam parentesco o fizeram. Já em relação aos especializados, vê-se que esta alta incidência de

escravos casados deve-se sobretudo aos homens. Estes tendiam a casar legalmente, inclusive um pouco mais do que os que os trabalhadores de lavoura. Já quanto às mulheres, 80% das especializadas com parentesco estabeleciam suas uniões fora da norma. Como estas mulheres eram sobretudo costureiras ou parteiras e trabalhavam mais próximas à Casa-Grande, enquanto os homens eram carrueiros, tropeiros, carpinteiros, ferreiros, boleeiros, porqueiros e feitores, trabalhando fora da esfera doméstica e senhorial, podemos supor que a convivência mais próxima dos escravos com os senhores não ajudava na legalização do matrimônio, mas, ao contrário, faziam com que as relações se estabelecessem preferencialmente fora da norma, talvez por um controle mais acirrado ou pela maior miscigenação. Os escravos sem especialização não só estabeleciam parentesco, com o faziam sobretudo compondo uma família nuclear, na qual está presente ao menos a intenção de ser uma relação estável e não esporádica, como a historiografia tanto quer salientar.

Gráfico 18: Distribuição % dos Parentes Cativos Consangüíneos de Primeiro Grau Sancionados com Profissão em Relação ao Total de Parentes Cativos com Profissão, Conforme Categorias Profissionais, Agro Fluminense, 1860



Fonte: Tabela 11

Dados sobre os nascimentos, através da idade dos filhos mais velhos, revelam que as mulheres geralmente começavam a parir cedo, numa média de 19 anos. Como estamos efetuando este cálculo com base na idade do filho mais velho sobrevivente, as distorções para baixo são inevitáveis. Como já vimos, Robert Slenes calcula que para o ano de 1872 em Campinas, simplesmente metade dos primeiros filhos sobreviventes não seriam os primogênitos, mais os segundos ou terceiros filhos. Ele propõe então um ajuste em que teríamos que diminuir no mínimo três anos, e no máximo seis anos estes dado sobre a idade da mãe, para obtermos um resultado mais aproximado da realidade[23]. Fazendo estes cálculos, tem-se que as mulheres começavam a ser mães numa média de idade que variava entre 13 e 16 anos. Estas escravas eram, portanto, muito jovens, sobretudo se compararmos com a idade em que as mulheres livres da época começavam a ser mães: entre 19 e 20 anos[24], ou que as européias se casavam e passavam a ter direito à maternidade - pois o índice de ilegitimidade na Europa era baixíssimo: 24 anos[25].

A intervalação genésica era de cerca de dois anos e quatro meses para as mais jovens (de até 30 anos), e quatro anos e três meses para as que ultrapassavam trinta anos[26]. Tem-se que ter em mente, igualmente, que estes são números mínimos, já que os inventários deixam de registrar muitas crianças nascidas mortas, que faleceram durante a infância ou mesmo que se separaram por algum motivo dos pais. No entanto, mesmo estes números revelam

23 Ver nota 20.

24 Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo, "Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro", *IX Encontro de Estudo Populacionais, Anais...*, vol. 1, Caxambu, 1994, p. 381-93.

25 Idem, p. 382. Pierre Goubert confirma para o século XVII em Auneuil a idade modal de 23 anos. Goubert, Pierre, *Cent Mille Provinciaux au XVIIe Siécle: Beauvais e Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris: Flamarion, 1968, p.55.

26 Manolo Florentino e José Roberto Góes encontram números semelhante para as escravas de uma *plantation* no Bananal: a idade da primeira procriação seria de 19 anos para as crioulas e de 21 para as africanas, e a intervalação genésica de aproximadamente 3 anos. Florentino, Manolo Garcia, Góes, José Roberto, "Parentesco e família entre os escravos de Vallim", in: Castro, Hebe Maria Mattos de, Schnoor, Eduardo (orgs.), *Resgate - uma janela para o Oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 150-151. Os meus dados dizem respeito sobretudo às crioulas, já que as mães africanas só aparecem na amostragem quando têm mais de 30 anos.

a importância dos nascimentos e uma certa urgência de parir para estas mulheres. Eles são, por exemplo, bem menores do que os encontrados em áreas rurais da Nigéria no século XX, onde tem-se uma intervalação genésica de 4 anos, segundo o autor que pesquisou esta área, devido a um hábito cultural africano: a abstinência sexual durante a gravidez e o período pre-parto.[27] Entre os escravos no Brasil, nesta segunda metade do século XIX, este hábito cultural africano não foi seguido com tanta rigidez, mesmo porque, as mães mais jovens, com idade inferior a 30 anos eram todas crioulas.

Por fim, através da idade dos filhos mais novos de mulheres que já ultrapassaram os 40 anos, podemos ter uma noção do período final da procriação, isto é, de quando as mulheres deixavam de ser mães. Esta idade seria de 38,6 anos segundo os dados obtidos diretamente em 47 casos constantes da amostragem. Mais uma vez há que se duvidar destes resultados, e executar novas correções: se estabelecermos novamente como máximo o limite de 6 anos e mínimo o de três ano a mais, temos que o fim da procriação destas mulheres escravas do agro fluminense deveria variar entre 41,6 e 44,6 anos. Mais uma vez o padrão africano não foi mantido, já que naquele continente as mães, que começavam ter filhos muito cedo, deixavam de tê-los tão logo se tornassem avós, devido a um certo preconceito existente nestas sociedades da mãe-avó.[28] Há, portanto, uma aceleração do parentesco, no sentido em que se começa a ter filhos muito cedo, deixa-se de ter muito tarde e diminui-se o intervalo entre os nascimentos.

Os casais que aparecem nestes inventários, por suas vezes, mostram que a maioria dos escravos que legalizavam suas uniões eram africanos, e que estes, tendiam a casar entre si. Enquanto entre as 74 mães solteiras com nacionalidade discriminada, 62,2% eram crioulas e 37,8% africanas entre os casamentos regidos pela norma, mais da metade eram compostos por pares africanos, contra apenas 5% dos casais crioulos.

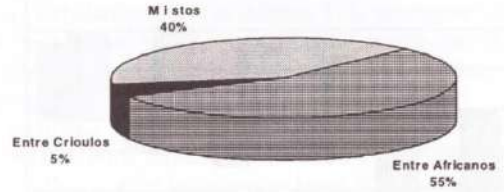
Os casamentos mistos davam-se mais entre homens africanos e mulheres crioulas e raríssimas vezes de forma inversa. É

27 Jannuzzi, Paulo de Martino. "Fecundidade atual na Nigéria, algumas explicações para seu estado ainda pré-transicional", *Estudos Afro-Asiáticos*, no 27, abril 1995. Sobre este hábito cultural africano ver também Klein, Herbert; Engerman, Stanley, "A Demografia dos Escravos Americanos", Marcílio, Maria L. *População e Sociedade*, Petrópolis: Vozes, 1984, p. 224-25.

28 Manning, Patrick, *Slavery and African Life*, New York: Cambridge University Press, 1990, p. 55.

provável que estes ocorressem sobretudo para compensar a maior presença de homens entre os naturais da África. Fora isto, os casamentos tendiam à endogamia de nacionalidade (cf. gráfico 19). Tendiam também a ser realizados entre escravos do mesmo plantel, confirmando um quadro que já vem sendo delineado por diversos autores para outras áreas do Brasil[29] e que contrasta com dados já obtidos para os Estados Unidos[30]. No entanto, em sete casos o avaliador declara que o escravo é casado, mas não cita o cônjuge. Erro da fonte ou será que eram casamentos inter-plantéis? Só os registros de casamento poderiam retratar melhor esta questão.

Gráfico 19:Casamento e Procedência dos Escravos, por Naturalidade, Agro Fluminense, 1860



Fonte: Tabela 12

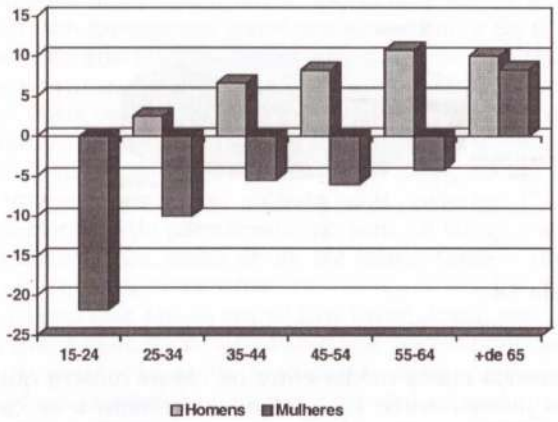
A diferença etária média entre os casais mostra que as mulheres mais jovens, entre 15 e 24 anos tendiam a se casar com homens que tinham em média 22 anos a mais do que elas . Esta diferença tende a diminuir com o passar dos anos, sendo que as idosas com mais de 65 anos casavam-se com homens mais velhos do que elas em média 8 anos. Já na faixa etária de 15 a 24 anos não há nenhum registro de homens casados (cf. gráfico 20). O que pode

29 Vide, por exemplo, Slenes, Robert W., "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)", *Estudos Econômicos* vol. 17, n. 2, p. 222; Metcalf, Alida C., "A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo", *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, 1990, p. 206-7.

30 Gutman, Herbert G., op. cit., p. 131-42.

significar que o parentesco entre os cativos está sendo regido por normas culturais próprias, em que os homens mais velhos controlam o mercado matrimonial, tomando para si as mulheres mais jovens e férteis e barrando o acesso dos escravos muito jovens ao casamento. Como o percentual de homens africanos casados é bem maior do que o de crioulos, é provável que nesta prática matrimonial estejam presentes fortes elementos culturais africanos, de sociedades agrícolas, em que existiam a noção de anterioridade e de respeito ao mais velho[31].

Gráfico 20: Diferença Etária Média Entre Casais Escravos no Agro Fluminense, 1860



Fonte: Tabela 13

Todas as tendências que viemos delineando até o momento, fazem-se mais presentes nas propriedades que possuem maior número de cativos. Vimos que as propriedades com mais de vinte escravos dentro desta amostragem conheciam o fenômeno parental em 88,8% dos casos. Estas, além de concentrarem os maiores contingentes de escravos, possuíam também, proporcionalmente, o

31 Meillassoux, Claude, *Mulheres, celeiros & capitais*, Porto: Edições Afrontamento, 1977, p. 75.

maior percentual de escravos aparentados, em relação ao total de escravos da respectiva faixa de tamanho de plantel. Eram elas também que concentravam maior número de famílias nucleares e a totalidade de famílias extensas que puderam ser detectadas através dos registros em inventários.

Além disto, vimos que os escravos rurais e sobretudo os africanos, mais presentes nestes grandes plantéis, tendiam a estabelecer mais o parentesco dentro da norma, casando-se na religião católica, e que a grande maioria das relações parentais eram estáveis no tempo, sobrevivendo, inclusive, à morte do senhor. Dados vitais, tais como o início da procriação, os intervalos intergenésicos e o fim da procriação entre as mulheres atestam que tenta-se prolongar ao máximo o tempo de procriação das mulheres, estabelecendo intervalos menores entre o nascimento dos filhos e aproveitando praticamente todo o período fértil destas, mesmo contrariando práticas estabelecidas na África. Há, portanto uma urgência de se estabelecer relações de parentesco entre os escravos e é nas propriedades maiores que este fenômeno parece assumir maior importância.

No entanto, já vimos que eram também estas propriedades que possuíam maior número africanos e de homens adultos, aptos para o trabalho, e que buscavam uma lógica de reificação de mão-de-obra semelhante à que encontramos no período em que vigorava o tráfico transatlântico. Estamos, pois, diante de um paradoxo: estas grandes propriedades que deveriam, justamente, estar valorizando menos a família escrava, com a finalidade de obter maiores lucros relativos à produção, preocupando-se sobretudo com um regime de trabalho árduo, que deveria dificultar a formação de famílias através do desequilíbrio sexual dos plantéis ou das incertezas quanto à separação de famílias, parecem estar justamente promovendo-as e valorizando-as. Como explicar tal paradoxo?

Algumas Respostas

Voltemos, então, às histórias destas duas Marias. Elas nos mostraram que a separação de famílias escravas no interior do regime podem gerar conflitos e tensões. Há uma memória do parentesco entre os cativos, capaz de ultrapassar fronteiras físicas e de perdurar no tempo. Por elas podemos ainda perceber que existiam

mecanismos de negociação dos escravos com o regime, e que para a própria perpetuação deste, era necessário preservar determinadas "brechas". Quando estas "brechas" não eram preservadas, os escravos podiam não mais aceitar os vínculos de propriedade, instalando o conflito. A família escrava pode ser vista, pois, não só como um mecanismo de controle do senhor, mas também como um elemento capaz de gerar estabilidade, promovendo um ganho político. Talvez por isto, os senhores das grandes propriedades não estivessem muito interessados em se opor ao vínculos familiares dos cativos, ou preferissem, quem sabe, incentivá-los.

Um outro dado é que estas famílias escravas - ao menos as que pudemos detectar como nucleares - eram formadas sobretudo através do casamento de escravos que possuíam o mesmo proprietário. Talvez as fontes não retratem tão bem os casais escravos formados por proprietários diferentes, mas, se a norma for de casamentos no interior de um mesmo plantel, há que se supor que as possibilidades de escolha para as mulheres cativas destes plantéis sejam maiores.

Além do mais, entre os próprios escravos o parentesco deveria ter uma função específica: a chegada constante de estrangeiros e a presença de africanos de diversas etnias e crioulos de vários locais devia gerar conflitos. A necessidade de se fazer a paz entre os cativos, de gerar entre eles formas de solidariedade e organização, na certa se fazia mais presente entre os escravos do grandes plantéis, onde o conflito virtual era por natureza maior. Os casamentos e os nascimentos podiam aumentar o campo de extensão das alianças, organizar e gerar laços de solidariedade entre os cativos. O parentesco, portanto, poderia exercer muito bem este papel de apaziguador das tensões.

Apêndice Estatístico

Tabela 1: Localização dos Inventários na Área Rural Fluminese (Corte): Número, Tamanho e Média de Escravos por Plantéis, RJ, 1860

Inventários - 1860 - RJ Área Rural - Corte	Número de Plantéis	Tamanhos	Média de Escravos por Plantéis
Andaraí	2	P2, P2	6,5
Campo Grande	3	P1, M	4,7
Engenho Novo	4	P1, P1, P2, M	5,5
Guaratiba	4	P2, P2, P2, G	15
Inhaúma	2	P1, P2	3,5
Irajá	3	P1, M, M	9,7
Jacarepaguá	4	P1, P1, M, G	11,8
Paquetá	2	P1, P2	5,5
São Cristóvão	1	G	21
Tijuca	1	M	10

Legenda: P1 (de 1 a 4 escravos); P2 (de 5 a 9 escravos); M (de 10 a 19 escravos); G (de 20 a 49 escravos); PL (+ de 50 escravos).

Fonte: Inventário *post mortem*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Tabela 2: Localização dos Inventários na Área Rural Fluminese (Outras Comarcas): Número, Tamanho e Média de Escravos por Plantéis, RJ, 1860

Inventários - 1860 - RJ Área Rural-Outras Comarcas	Número de Plantéis	Tamanhos	Média de Escravos por Plantéis
Campos dos Goitacazes	2	M,G	22
Capivari	2	P2, PL	37
Itaborai	2	PL, PL	69
Itaguai	2	G, G	35,5
Macacu	1	P2	5
Mangaratiba	1	PL	113
Niteroi	3	P2, M, G	17
Paraiba do Sul	2	G, G	37
Pirai	4	G,G, PL, PL	98,5
São Gonçalo	1	P1	4
Vassouras	1	PL	41

Legenda: P1 (de 1 a 4 escravos); P2 (de 5 a 9 escravos); M (de 10 a 19 escravos); G (de 20 a 49 escravos); PL (+ de 50 escravos).

Fonte: Inventário *post mortem*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Tabela 3: Estrutura de Posse de Escravos por Faixas de Tamanho de Plantel, Meio Rural do Rio de Janeiro, 1860

FTP	1-4	5-9	1-9	10-19	+20	20-49	+50	T
# Proprietários	9	11	20	8	15	10	5	43
%	20,9	25,6	46,5	18,6	34,9	23,3	11,6	100
# de Plantéis	9	11	20	8	18	11	7	46
%	19,6	23,9	43,5	17,4	39,1	23,9	15,2	100
# de Escravos	24	73	97	106	1090	353	737	1293
%	1,9	5,6	7,5	8,2	84,3	27,3	57,0	100

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 4: Distribuição (%) Sexual dos Escravos por Faixas de Tamanho de Plantel, Meio Rural do Rio de Janeiro, 1860

FTP	1-4	5-9	1-9	10-19	+20	20-49	+50	T
ESCRAVOS	14	35	49	52	627	201	426	728
%	58,3	47,9	50,5	49,1	57,5	56,9	57,8	56,3
ESCRAVAS	10	38	48	54	463	152	311	565
%	41,7	52,1	49,5	50,9	42,5	43,1	42,2	43,7
TOTAL	24	73	97	106	1090	353	737	1293

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 5 : Distribuição (%) Etária e Sexual, por Faixa de Tamanho de Plantel, Entre os Escravos do Meio Rural do Rio de Janeiro, 1860

FTP	1-4	5-9	1-9	10-19	+20	20-49	+50	T
	4	14	18	25	242	84	158	285
INFANTES	26,7	22,6	23,4	24,0	23,9	27,9	22,3	23,9
%								
Homens	1	5	6	9	111	38	73	126
%	25,0	35,7	33,3	36,0	45,9	45,2	46,2	44,2
Mulheres	3	9	12	16	131	46	85	159
%	75,0	64,3	66,7	64,0	54,1	54,8	53,8	55,8
ADULTOS	7	24	31	38	450	128	322	519
%	46,7	38,7	40,3	36,5	44,5	42,5	45,4	43,5
Homens	3	12	15	19	259	74	185	293
%	42,9	50,0	48,4	50,0	57,6	57,8	57,5	56,5
Mulheres	4	12	16	19	191	54	137	226
%	57,1	50,0	51,6	50,0	42,4	42,2	42,5	43,5
IDOSOS	4	24	28	41	319	89	230	388
%	26,7	38,7	36,4	39,4	31,6	29,5	32,4	32,6
Homens	3	13	16	23	204	51	153	243
%	75,0	54,2	57,1	56,1	63,9	57,3	66,5	62,6
Mulheres	1	11	12	18	115	38	77	145
%	25,0	45,8	42,9	43,9	36,1	42,7	33,5	37,4
TOTAL	15	62	77	104	1011	301	710	1192

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 6: Distribuição (%) da Naturalidade, por Faixa de Tamanho de Plantel, Entre os Escravos do Meio Rural do Rio de Janeiro, 1860

FTP	1-4	5-9	1-9	10-19	+20	20-49	+50	T
AFRICANO	8	27	35	40	506	160	346	581
%	33,3	37,5	36,5	38,1	49,2	49,1	49,2	47,2
CRIOULO	16	45	61	65	523	166	357	649
%	66,7	62,5	63,5	61,9	50,8	50,9	50,8	52,8
TOTAL	24	72	96	105	1029	326	703	1230

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 7: Distribuição (%) das Taxas de Masculinidade Segundo a Idade e a Naturalidade, dos Escravos, Agro Fluminese, 1860

AFRICANOS				CRIOULOS			
HOMENS	**%**	**MULHERES**	**%**	**HOMENS**	**%**	**MULHERES**	**%**
388	66,8	193	33,2	295	45,5	354	54,5

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 8: Estrutura de Posse dos Escravos Aparentados em Primeiro Grau, Meio Rural do Rio de Janeiro, 1860

FTP	2-4	5-9	2-9	10-19	+20	20-49	+50	T
# de Plantéis	7	11	18	8	18	11	7	44
# de Plantéis c/ Parentes	1	5	6	3	16	9	7	25
%a	14,3	45,5	33,3	37,5	88,9	81,8	100,0	
# de Escravos	22	73	95	106	1090	353	737	1291
# de Parentes	2	20	22	19	529	132	397	570
%b	9,1	27,4	23,2	17,9	48,5	37,4	53,9	

%a - em relação ao total de plantéis com parentes da respectiva faixa de tamanho de plantel

%b - em relação ao total de escravos aparentados da respectiva faixa de tamanho de plantel

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 9: Distribuição (%) dos Tipos de Famílias Escravas por Faixa de Tamanho de Plantel, Rio de Janeiro, 1860

	FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL					
	2-4	5-9	10-19	20-49	+50	Total
TIPOS DE FAMÍLIA						
CASAIS COM FILHOS	0	1	0	3	51	55
%a	0	1.8	0	5,5	92,7	100
%b	0	14,3	0	7,3	39,5	29,9
# DE PARENTES	0	3	0	14	210	227
MM	0	3	0	4,7	4,1	4,1
CASAIS SEM FILHOS	0	1	0	10	37	48
%a	0	2,1	0	20,8	77,1	100
%b	0	14,3	0	24,4	28,7	26,1
# DE PARENTES	0	2	0	18	72	92
MM	0	2	0	1,8	1,9	1,9
VIÚVAS E VIUVAS	0	0	0	1	6	7
C/ FILHOS	0	0	0	14,3	85,7	100
%a	0	0	0	2,4	4,7	3,8
%b	0	0	0	2	10	12
# DE PARENTES	0	0	0	2	1,7	1,7
MM						
NUCLEARES	0	2	0	14	94	110
%a	0	1,8	0	12,7	85,6	100
%b	0	28,6	0	34,1	72,9	59,8
# DE PARENTES	0	5	0	34	292	331
MM	0	2,5	0	2,4	3,1	3
MATRIFOCAIS	1	5	6	24	33	69
%a	1,5	7,2	8,7	34,8	47,8	100
%b	100,0	71,4	100,0	58,5	25,6	37,5
# DE PARENTES	2	15	19	86	95	217
MM	2	3	3,2	3,6	2,9	3,1
EXTENSAS	0	0	0	2	2	4
%a	0	0	0	50,0	50,0	100
%b	0	0	0	4,9	1,6	2,2
# DE PARENTES	0	0	0	10	10	20
MM	0	0	0	5	5	5
FRATERNAS	0	0	0	1	0	1
%a	0	0	0	100,0	0	100
%b	0	0	0	2,4	0	0,5
# DE PARENTES	0	0	0	2	0	2
MM	0	0	0	2	0	2
TOTAL DE FAMÍLIAS	1	7	6	41	129	184
%	0,5	3,8	3,3	22,3	70,1	100
TOTAL DE PARENTES	2	20	19	13	397	570
MM	2	2,9	3,2	3,2	3,1	3,1

Legenda : %a: porcentagem em relação a este tipo de família
%b: porcentagem em relação aos tipos de família da faixa de tamanho de plantel

MM: Número médio de membros

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 10: Distribuição (%) das Famílias Escravas no Ato da Partilha Entre os Herdeiros, Agro Fluminese, 1860

Número de Parentes	566
Número de Famílias	180
# e % de Famílias que Permaneceram Juntas	144 - 80%
# e % de Famílias Parcialmente Separadas	14 - 7,7%
# e % de Famílias Totalmente Separadas	8 - 4,4%
# e % de Famílias Separadas por morte	3 - 1,7%
# e % de Famílias Com Destino Desconhecido	11 - 6,1%

Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional .

Tabela 11: Distribuição Parental do Núcleo Familiar Primário dos Escravos por Atividades Profissionais, Agro Fluminese, 1860

Atividades	# de Casos	%	# de Parentes Cativos com Profissão	%	# de Parentes Cativos Sancionados com Profissão	%	%A	%B
Lavoura-Pecuária	458	74,6	161	78,9	142	84,0	35,2	88,2
Domésticos	50	8,1	14	6,9	2	1,2	28	14,3
Especializados	106	17,3	29	14,2	25	14,8	27,4	86,2
Total	614	100	204	100	169	100	27,3	82,8

%A: % do # de Parentes Cativos com Profissão em Relação ao # de Casos:

%B: % do # de Parentes Cativos Sancionados com Profissão em Relação ao # de Parentes Cativos com Profissão.

Obs: Entre as tarefas especializadas, foram incluídas as seguintes profissões: carpinteiro, tropeiro, carreiro/carrueiro, boleeiro, ferreiro, porqueiro, feitor, parteira, costureira. Entre as domésticas: lavadeira, cozinheira, mucamba. Quando o escravo possuía mais de uma profissão, optou-se por classificá-lo pela mais especializada.

Fontes: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional

Tabela 12: Distribuição (%) dos Casamentos Escravos, por Naturalidade os Cônjugues, no Agro do Rio de Janeiro, 1860.

TIPO/FTP	2-4	5-9	10-19	20-49	+50	TOTAL
AF X AF	0	1 (50,0)	0	10 (47,6)	45 (57,7)	56 (55,4)
CR X CR	0	0	0	0	5 (6,4)	5 (5,0)
AF X CR	0	1 (50,0)	0	11 (52,4)	26 (33,3)	28 (37,6)
CR X AF	0	0	0	0	2 (2,6)	2 (2,0)
MISTOS	0	1 (50,0)	0	11 (52,4)	28 (35,9)	40 (39,6)
TOTAL	0	2 (100)	0	21 (100)	78 (100)	101 (100)

obs 1: O primeiro designa sempre o marido
obs 2: O # entre parênteses indica a % por faixa de tamanho de plantel
Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

Tabela 13: Distribuição (%) dos Homens e Mulheres Casados, por Idade e Naturalidade, no Agro do Rio de Janeiro, 1860

FAIXA ETÁRIA	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	+65
AFRICANOS	-	4	15	37	13	8
#	-	1,2	6,7	8,2	10,7	10,0
(1)						
AFRICANAS	1	3	16	25	5	3
#	-23,0	-8,3	-5,8	-5,8	-5,0	8,3
(1)						
CRIOULOS	-	4	3	-	-	-
#	-	3,8	6,4	-	-	-
(1)						
CRIOULAS	9	11	9	1	1	-
#	-21,7	-10,5	-5,0	-10,0	0,0	-
(1)						
TOTAL DE HOMENS	-	8	18	37	13	8
#	-	2,5	6,6	8,2	10,7	10,0
(1)						
TOTAL DE MULHERES	10	14	25	26	6	33
#	-21,8	-10,0	-5,5	6,0	-4,2	8,3
(1)						

(1) Diferença Etária Média para com o Cônjuge
Fonte: Inventários *Post Mortem*, Arquivo Nacional (RJ)

BIBLIOGRAFIA

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo - 1994. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. **IX Encontro de Estudo Populacionais, Anais.** Vol. 1, Caxambu. p.381-93.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan - 1959. **Brancos e negros em São Paulo.** São Paulo: Cia Editora Nacional.

CARDOSO, Fernando Henrique - 1977. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____e IANNI, Octávio - 1960. **Côr e mobilidade social em Florianópolis.** São Paulo: Cia Editora Nacional.

COSTA, Emilia Viotti da - 1989. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Brasiliense.

GOUBERT, Pierre - 1968. **Cent mille provinciaux au XVIIE siécle: Beauvala e Beauvaisis de 1600 à 1730.** Paris: Flamarion.

FINLEY, Moses I - 1991. **Escravidão antiga e ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Graal.

FLORENTINO, Manolo Garcia, GÓES, José Roberto - 1995. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. in: CASTRO, Hebe Maria Mattos de, SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate - uma janela para o oitocentos.** Rio de Janeiro: Topbooks.

FREYRE Gilberto - 1992. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Record.

GORENDER, Jacob - 1988. O **escravismo colonial.** São Paulo: Ática.

GUTMAN, Herbert G - 1976. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925.** New York: Pantheon Books. p. 38.

JANNUZZI, Paulo de Martino - 1995. Fecundidade atual na Nigéria, algumas explicações para seu estado ainda pré-transicional. **Estudos Afro-Asiáticos.** Nº 27, abril.

KLEIN, Herbert, ENGERMAN, Stanley - 1984. A demografia dos escravos americanos. in: MARCÍLIO, Maria L. **População e Sociedade.** Petrópolis: Vozes.

MANNING, Patrick - 1990. **Slavery and african Life.** New York: Cambridgc University Press.

MATTOSO, Kátia de Queirós - 1982. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense.

MEILLASSOUX, Claude - 1977. **Mulheres, celeiros & capitais.** Porto: Edições Afrontamento.

METCALF, Alida C - 1990. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. in: **História e População: Estudos sobre a América Latina.** São Paulo: ABEP.

RODRIGUES, Raimundo Nina - 1977. **Os africanos no Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense.

SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos.** 17(2).

VAINFAS, Ronaldo - 1986. **Ideologia e escravidão.** Petrópolis: Vozes.